

Coleção
Eduardo Espínola

Gabriel Araújo Gonzalez

**A RECORRIBILIDADE
DAS DECISÕES
INTERLOCUTÓRIAS
NO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL**

2.^a edição

**Revista, atualizada
e ampliada**

2019

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Isabella Giordano (giordana.bella@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

R311 A recorribilidade das decisões interlocutórias no Código de Processo Civil / Gabriel Araújo Gonzalez. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: JusPodivm, 2019. 432 p. (Eduardo Espínola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2981-1.

1154577

1. Decisões interlocutórias. 2. Direito processual civil. I. Didier Jr., Fredie. II. Gonzalez, Gabriel Araújo. III. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA E ABREVIATURAS.....	23
----------------------------------	-----------

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	25
------------------------	-----------

**PRIMEIRA PARTE
UMA ANÁLISE HISTÓRICA**

Capítulo 2

DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS AO DECRETO 763, DE 19 DE SETEMBRO DE 1890	31
---	-----------

Capítulo 3

DO DECRETO 763, DE 19 DE SETEMBRO DE 1890, AO CÓDIGO DO PROCESSO DO ESTADO DA BAHIA	47
--	-----------

Capítulo 4

A REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO DO PROCESSO DO ESTADO DA BAHIA	55
--	-----------

Capítulo 5

A REGULAMENTAÇÃO NO CPC/1939	65
---	-----------

5.1 CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DO JUIZ.....	65
--	-----------

5.1.1 Despachos interlocutórios, decisões terminativas e decisões definitivas.....	65
---	----

5.1.2 A natureza jurídica do despacho saneador	71
--	----

5.1.2.1 A fase saneadora	71
---------------------------------------	----

5.1.2.2 A natureza jurídica do despacho saneador	77
--	----

5.2 A RECORRIBILIDADE DOS DESPACHOS INTERLOCUTÓRIOS	80
--	-----------

5.2.1 Considerações gerais	80
---	----

5.2.2 O agravo de petição	81
--	----

5.2.3 O agravo de instrumento	83
--	----

5.2.3.1 As hipóteses de cabimento do agravo de instrumento	83
--	----

5.2.3.2	Problemas decorrentes da enumeração do art. 842 do CPC/1939	97
5.2.4	O agravo no auto do processo.....	101
5.2.5	As preclusões e os despachos interlocutórios	104
Capítulo 6		
A REGULAMENTAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973		
6.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	109
6.2	CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS DO JUIZ.....	110
6.2.1	Classificação dos atos do juiz até a Lei n. 11.232/2005	110
6.2.1.1	Considerações gerais	110
6.2.1.2	O conceito de sentença	112
6.2.1.3	Os conceitos de decisões interlocutórias e despachos	114
6.2.1.4	Propostas para a distinção entre as decisões interlocutórias e os despachos	121
6.2.2	Classificação dos atos do juiz após a Lei n. 11.232/2005.....	129
6.3	A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	137
6.3.1	Considerações gerais	137
6.3.2	O cabimento dos agravos até a Lei n. 9.139/1995.....	139
6.3.3	O cabimento dos agravos entre a Lei n. 9.139/1995 e a Lei n. 10.352/2001.....	140
6.3.4	O cabimento dos agravos entre a Lei n. 10.352/2001 e a Lei n. 11.187/2005	142
6.3.5	O cabimento dos agravos após a Lei n. 11.187/2005	147
6.4	OUTRAS QUESTÕES CONTROVERSAS	155
6.4.1	A natureza jurídica e a recorribilidade das decisões parciais de mérito	155
6.4.2	A natureza jurídica e a recorribilidade da decisão em liquidação de sentença	160
6.5	AS PRECLUSÕES E AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	164

SEGUNDA PARTE

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Capítulo 7

CONSIDERAÇÕES GERAIS	171
----------------------------	-----

Capítulo 8

OS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ	175
8.1 SENTENÇAS E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	175
8.2 DESPACHOS.....	183
8.3 ACÓRDÃOS E DECISÕES MONOCRÁTICAS	191
8.4 SISTEMATIZAÇÃO DAS CLASSIFICAÇÕES DOS PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ.....	195
8.4.1 Considerações gerais.....	195
8.4.2 Classificação de acordo com a função processual.....	195
8.4.3 Classificação de acordo com a carga decisória	195
8.4.4 Classificação de acordo com o órgão prolator	196
8.4.5 Conjugação das classificações e os pronunciamentos do juiz... ..	196

Capítulo 9

AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS RECORRÍVEIS AO FINAL.....	197
9.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS	197
9.2 ALGUMAS CRÍTICAS À OPÇÃO LEGISLATIVA PELA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AO FINAL.....	203
9.3 UMA RESSALVA NECESSÁRIA: AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS SUJEITAS A RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	206
9.4 DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS EM “PRELIMINAR DE APELAÇÃO”	206
9.5 DA RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS EM “CONTRARRAZÕES À APELAÇÃO”	208
9.6 O PROBLEMA DO TERCEIRO INTERESSADO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ATUANDO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA	214
9.7 A RECORRIBILIDADE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AO FINAL E A REMESSA NECESSÁRIA.....	216
9.8 OUTRAS QUESTÕES PROBLEMÁTICAS	224
9.8.1 A intimação do art. 10, o silêncio da parte e a recorribilidade da decisão interlocutória	224
9.8.2 A recorribilidade da decisão interlocutória com capítulos, nem todos apeláveis ou agraváveis	225
9.8.2.1 Breves considerações sobre a teoria dos capítulos de sentença, segundo Cândido Rangel Dinamarco	225
9.8.2.2 A recorribilidade da decisão interlocutória com capítulos, nem todos apeláveis ou agraváveis	227

9.8.3	A estabilidade da decisão de saneamento e organização do processo.....	229
9.8.4	A recorribilidade das decisões interlocutórias ao final e as “nulidades relativas”	239
9.8.4.1	Classificação dos defeitos dos atos processuais	239
9.8.4.2	A recorribilidade das decisões interlocutórias ao final e as “nulidades relativas”.....	244
9.8.5	As decisões interlocutórias anteriores à resolução parcial do processo (com ou sem exame do mérito)	246
9.8.6	As preclusões e a ausência de recurso contra as decisões interlocutórias não agraváveis.....	250

Capítulo 10

AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AGRAVÁVEIS..... 255

10.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	255
10.2	AS HIPÓTESES DE CABIMENTO EXPRESSAS.....	256
10.2.1	Tutelas provisórias.....	256
10.2.1.1	Considerações gerais.....	256
10.2.1.2	A recorribilidade da decisão interlocutória sobre tutela provisória.....	260
10.2.1.3	A postergação da decisão sobre a tutela provisória requerida.....	262
10.2.1.4	A tutela antecipada requerida em caráter antecedente e a ausência de “recurso”	263
10.2.1.5	O reexame da decisão estabilizada nos termos do art. 304.....	269
10.2.2	Mérito do processo.....	270
10.2.2.1	As decisões interlocutórias de mérito recorríveis por agravo de instrumento.....	270
10.2.2.2	As decisões interlocutórias que rejeitam a alegação de prescrição e de decadência.....	273
10.2.2.3	Efeitos do agravo de instrumento e sustentação oral	278
10.2.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	282
10.2.3.1	Considerações gerais.....	282
10.2.3.2	Justificativas possíveis para a recorribilidade imediata	284
10.2.3.2.1	A regra da competência-competência do juízo arbitral.....	284

	10.2.3.2.2	Outras justificativas possíveis para a recorribilidade imediata	289
	10.2.3.3	Hipóteses “semelhantes”	291
10.2.4		Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	295
	10.2.4.1	Considerações gerais	295
	10.2.4.2	A recorribilidade da decisão interlocutória que julga o incidente de descon sideração da personalidade jurídica	299
10.2.5		Rejeição do pedido de gratuidade de justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	303
	10.2.5.1	Considerações gerais	303
	10.2.5.2	A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre gratuidade de justiça	309
10.2.6		Exibição ou posse de documento ou coisa	313
	10.2.6.1	Considerações gerais	313
	10.2.6.2	A recorribilidade da decisão interlocutória sobre exibição de documento ou coisa	320
10.2.7		Exclusão de litisconsorte	323
10.2.8		Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	326
	10.2.8.1	Considerações gerais	326
	10.2.8.2	A recorribilidade da decisão interlocutória sobre a limitação do litisconsórcio	331
10.2.9		Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	334
	10.2.9.1	Considerações gerais	334
	10.2.9.2	Assistência	335
	10.2.9.3	Denúnciação da lide	339
	10.2.9.4	Chamamento ao processo	342
	10.2.9.5	<i>Amicus curiae</i>	344
	10.2.9.6	Alienação da coisa ou direito litigioso por ato entre vivos	347
	10.2.9.7	Alteração do polo passivo (arts. 338 e 339)	348
	10.2.9.8	Reconvenção	349
	10.2.9.9	Habilitação	350
	10.2.9.10	Recurso interposto pelo terceiro prejudicado	352
10.2.10		Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	353
10.2.11		Redistribuição do ônus probatório	356
	10.2.11.1	Considerações gerais	356

10.2.11.2	A recorribilidade das decisões interlocutórias sobre redistribuição do ônus probatório.....	359
10.2.12	Outros casos previstos em lei.....	363
10.2.12.1	Resolução parcial do processo (com ou sem exame do mérito).....	363
10.2.12.2	A hipótese do art. 1.037, § 13, I, do CPC/2015.....	365
10.2.12.3	Hipóteses previstas em legislações extravagantes.....	368
10.2.13	Liquidação.....	370
10.2.13.1	Considerações gerais.....	370
10.2.13.2	Agravo de instrumento contra decisão em liquidação.....	372
10.2.14	Cumprimento de sentença.....	375
10.2.15	Execução.....	378
10.2.16	Inventário.....	380
10.3	A (SUPOSTA) TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015.....	383
10.3.1	Uma breve lembrança histórica: problemas decorrentes da taxatividade das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento no CPC/1939.....	383
10.3.2	A (suposta) taxatividade do rol do art. 1.015 do CPC/2015.....	384
10.3.3	A regra geral supletiva ao art. 1.015 do CPC/2015.....	387
10.3.4	Em defesa do caráter exemplificativo do rol do art. 1.015 do CPC/2015.....	390
10.3.5	O STJ e a (suposta) taxatividade do rol do art. 1.015.....	394
10.3.5.1	A “taxatividade mitigada” e o tema 988 dos recursos especiais repetitivos.....	394
10.3.5.2	A “taxatividade mitigada” e as ideias defendidas neste livro.....	400
10.3.5.3	A modulação dos efeitos da tese fixada pelo STJ.....	402
10.3.5.4	A preclusão e as hipóteses agraváveis não previstas no art. 1.015.....	403
10.3.5.5	A aplicação da tese a casos concretos.....	403
10.3.5.6	Os votos vencidos.....	405
10.4	ESTABILIDADES E DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS AGRAVÁVEIS.....	407
Capítulo 11		
CONCLUSÃO.....		409
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		415